

JORNAL 'O DIREITO PENSA': A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO

Antonio Rafael Marchezan Ferreira (Universidade Estadual de Maringá)

Helena Tavares Modesto (Universidade Estadual de Maringá)

Maria Eduarda Garcia (Universidade Estadual de Maringá)

Natália Giusti de Melo (Universidade Estadual de Maringá)

Rayssa Gabriella Moi de Souza (Universidade Estadual de Maringá)

Gabriela Ruoso Lazzari Almeida (Universidade Estadual de Maringá)

armferreira@uem.br

Resumo:

O Jornal 'O Direito Pensa' tem como objetivo principal promover a democratização do direito através da difusão de informações jurídicas de forma acessível à comunidade universitária e externa. O projeto utiliza o ambiente digital para disseminar o conhecimento jurídico e fortalecer a conexão entre a academia e a sociedade. Utilizando-se de métodos qualitativos, o projeto promove discussões sobre temas de relevância nacional e internacional, envolvendo estudantes, profissionais do direito e a comunidade em geral. As diretorias administrativas, responsáveis pela elaboração de vídeos, podcast, postagens por imagens e organização de eventos de extensão são as responsáveis para democratizar e ampliar a visibilidade do conhecimento jurídico.

Palavras-chave: Conhecimento jurídico; Democratização; Direito.

1. Introdução

No cenário atual, a inclusão digital possibilitou não apenas a quebra dos limites geográficos e temporais, mas a democratização no acesso à informação, viabilizando maior destaque e participação do cidadão no meio social (Machado; Rivera, 2017, p. 603), de modo especial no âmbito jurídico, permitindo que o conhecimento dos direitos e deveres se tornasse mais acessível e próximo a realidade social, fortalecendo a democratização do direito.

Neste contexto, o ambiente acadêmico não ficou à margem da grande inovação. O projeto de extensão "O Direito Pensa", por intermédio de suas Diretorias Administrativas, desempenha importante papel na inserção do discurso jurídico no

espaço digital, fazendo a utilização de diferentes formatos midiáticos com o objetivo de promover a difusão de informações jurídicas relevantes de forma mais acessível e precisa a toda comunidade universitária e externa, além de promover e organizar eventos e atividades que estimulam o debate crítico e a aproximação entre a produção acadêmica e o meio social.

Frente ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo expor as formas de utilização do meio digital na propagação dos debates jurídicos formulados pelos acadêmicos do projeto, bem como demonstrar os impactos e relevância dessa inserção para a disseminação do conhecimento jurídico.

2. Metodologia

A metodologia do projeto se baseia na produção colaborativa de conteúdo jurídico e social, com o propósito de democratizar o acesso à informação e promover debates. A equipe, composta por estudantes e professores de Direito da UEM, seleciona tópicos de interesse público e divulga o conteúdo em várias plataformas, incentivando a interação com a comunidade externa.

3. Resultados e Discussão

3.1 Marketing, Visibilidade e Mecanismos de Democratização e Divulgação de Ensino Jurídico

A Diretoria Administrativa de Marketing é responsável pela identidade visual e criação de elementos e designs gráficos à todas as diretorias administrativas e eixos teóricos do Jornal, visando despertar interesse e curiosidade na sociedade civil acerca das informações e notícias publicadas em nossos perfis nas mídias sociais e canais de comunicação (Tik Tok, YouTube, Spotify e, principalmente, Instagram). Outrossim, é atribuída a função de publicação de conteúdos (textos informativos, artigos de opinião, episódios de podcasts, vídeos explicativos e demais conteúdos jurídicos) e de análise de resultados das ações de divulgação para ajustar estratégias e melhorar a comunicação com os leitores para promover engajamento com público externo.

3.2 Produção e Distribuição de Conteúdo Jurídico via Podcast

A Diretoria de Podcast é responsável pela produção e disponibilização gratuita de episódios no Spotify. Os programas contam com a participação de diversos convidados, sobretudo de operadores do Direito, como advogados, juízes, promotores de justiça e professores, que discutem temas de relevância social. O objetivo é promover debates acessíveis sobre questões urgentes e necessárias à sociedade civil. Entre os assuntos abordados estão: “endividamento e superendividamento dos consumidores”, “proteção dos direitos humanos”, “papel e importância da Defensoria Pública”, além da “promotoria de justiça”.

A proposta central é aproximar o Direito da sociedade, explicando seu funcionamento e suas transformações cotidianas de maneira clara e responsável. Para ampliar o acesso, parte dos episódios conta com recursos de acessibilidade, como legendas. A missão é clara, traduzir a linguagem jurídica para o cotidiano das pessoas, uma compreensão clara e democrática à comunidade externa.

3.3 Organizações de Eventos e seus benefícios extracurriculares

O eixo administrativo de Eventos possui como premissa, principalmente, a ideia de levar conhecimento para a sociedade acadêmica bem como a comunidade externa. Nesse sentido, se tem a importância no que tange o rol do projeto de extensão. Há no projeto organizações de debates, palestras, seminários e congressos. No que se refere ao incentivo de debates, acredita-se que o debate, ao utiliza-se do contraditório, promove o conhecimento bifacial, ou seja, aqueles que assistirem os eventos serão expostos a duas linhas de pensamento a respeito de determinado tema onde serão discutidos diversos subtópicos para a argumentação.

A pluralidade de conhecimento é proveitosa para estudantes e a comunidade externa, especialmente para o ampliamento do conhecimento. À título elucidativo, atualmente, os membros estão organizando um evento de extensão sobre Direito e Arte. Assim, há implementação na sociedade, através dos eventos promovidos pelo projeto, a disseminação do conhecimento jurídico e a formação de redes com a comunidade.

3.4 Minuto Jurídico e acessibilidade jurídica exercida por vídeos

O "Minuto Jurídico" é um quadro de publicações cujo objetivo é disseminar conteúdo e informação no formato de pequenos vídeos, com a apresentação de convidados de renome que possuem conhecimento avançado em tópicos específicos. A proposta maior deste quadro é transmitir à população brasileira o conhecimento quanto aos seus direitos particulares de maneira acessível.

Demonstrar ao usuário que apenas um minuto do dia já é o suficiente para adquirir novos conhecimentos é muito importante para que ele dedique sua atenção ao vídeo. O conteúdo é apresentado de forma breve e com linguagem acessível, formato estratégico para maximizar o alcance orgânico do projeto.

Os temas tratados no quadro são diversos: desde cidadania e meio ambiente, a aplicação da Lei Maria da Penha. Os temas escolhidos são escolhidos de acordo com a repercussão desses temas e o interesse que a população demonstra em entender esses fenômenos. Tais assuntos são fundamentais de serem compreendidos pela população em geral, pois um direito só se torna real quando é conhecido e exigido.

4. Considerações

O projeto, portanto, exemplifica como a academia pode ser um agente ativo na democratização do conhecimento jurídico. Através de suas atividades, o projeto contribui para que o conhecimento jurídico se torne mais próximo da realidade da sociedade. Isso é feito de forma estratégica, por meio de conteúdos em formatos variados e com linguagem simplificada, como vídeos curtos e podcasts. A iniciativa demonstra que o engajamento com a comunidade externa não se limita à teoria, mas se traduz em ações práticas, como a organização de eventos, que promovem debates e a troca de conhecimentos com profissionais de diversas áreas

Referências

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos; RIVERA, Laura Nathalie Hernandez. Democratização na era digital: desafios para um diálogo consciente e igualitário. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, p. 601-616, 2017. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/RBPP/article/view/4801/3649>. Acesso em: 13 ago. 2025.